



Número: **0604018-93.2022.6.16.0000**

Classe: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) RECURSO no(a) Rp**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Melissa de Azevedo Olivas**

Última distribuição : **31/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Impulsioneamento**

Objeto do processo: **Representação nº 0604018-93.2022.6.16.0000 proposta pelo Ministério Público Eleitoral, em face de Luiz Carlos Martins Gonçalves, alegando em síntese, que a parte representada fez constar propaganda eleitoral por meio de impulsioneamento irregular de publicação no site/rede social Facebook. Afirma que da análise dos registros midiáticos, resta evidente o descumprimento ao disposto no art. 29 da Resolução TSE nº 23.610/2019 e no art. 57-C da Lei nº 9.504/97. Expõe que apesar de haver a informação de que foi o representado que custeou o anúncio, dada a referência a seu CPF, não houve a indicação do CNPJ da campanha do candidato e a propaganda não se encontra identificada como relativa às Eleições, isto é, não há a indicação de "propaganda eleitoral". Assevera também que igualmente existe irregularidade em razão da ausência, nos conteúdos, da expressão "propaganda eleitoral", cuja presença é mandatória. (Requer: a) O recebimento da presente representação, a notificação do representado para, querendo, apresentar defesa em quarenta e oito horas, nos termos do artigo 96, § 5º da Lei n. 9.504/97; b) Ao final, a total procedência da representação, com a condenação do representado nas sanções previstas no art. 57-C, §2º, da Lei 9.504/97; Ref.: Notícia de Fato nº 1.25.000.003477/2022-36).**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>LUIZ CARLOS MARTINS GONCALVES (EMBARGANTE)</b>	
	<b>DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS</b> registrado(a) civilmente como <b>DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS</b> (ADVOGADO) <b>LUIZ PAULO MULLER FRANQUI</b> (ADVOGADO) <b>GRAZIELLE GRUDZIEN</b> (ADVOGADO) <b>ANDRE EIJI SHIROMA</b> (ADVOGADO) <b>GIULIANO ROBINSON</b> (ADVOGADO)
<b>Ministério Público Eleitoral (EMBARGADO)</b>	

Outros participantes	
<b>Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43387224	09/11/2022 16:50	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 61.513

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO NA REPRESENTAÇÃO 0604018-93.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS

**EMBARGANTE:** LUIZ CARLOS MARTINS GONCALVES

**ADVOGADO:** DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS - OAB/PR57666-A

**ADVOGADO:** LUIZ PAULO MULLER FRANQUI - OAB/PR98059-A

**ADVOGADO:** GRAZIELLE GRUDZIEN - OAB/PR107204-A

**ADVOGADO:** ANDRE ELJI SHIROMA - OAB/PR0063833

**ADVOGADO:** GIULIANO ROBINSON - OAB/PR102528

**EMBARGADO:** Ministério Público Eleitoral

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral1

**EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MULTA APLICADA NO PATAMAR MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. MERO INCONFORMISMO. ARESTO MANTIDO. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.**

1. Não há omissão a ser sanada quando os fundamentos constantes da decisão embargada se mostram suficientes a afastar a pretensão do recorrente.
2. O fato do conteúdo impulsionado de forma irregular ter obtido alcance reduzido dentro do universo de eleitores, não autoriza a fixação de multa em patamar aquém do mínimo legal.
3. Em atenção aos Princípios da Legalidade e da Separação dos Poderes, tem-se que não cabe ao Poder Judiciário estabelecer sanção aquém do mínimo, bem como além do máximo estabelecido pelo legislador.
4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.



## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto da Relatora.

Curitiba, 08/11/2022

RELATOR(A) MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS

## RELATÓRIO

Tratam-se de embargos de declaração (id 43228870) opostos por **LUIZ CARLOS MARTINS GONÇALVES** em face do acórdão de id 43213476 que conheceu e negou provimento aos recursos eleitorais interpostos pelo representado, ora embargante, e pelo representante, ora embargado.

Sustenta omissão no aresto em relação ao pequeno alcance do conteúdo impulsionado e precedente invocado, razão que motivaria a redução do valor da multa a patamar abaixo do mínimo legal.

O MPE, em contrarrazões de id 43258863, aduz que a pretensão do embargante retrata mero inconformismo com o aresto, o que justifica a sua rejeição por este Colegiado.

É o que cumpria relatar.

## VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido.

Entretanto, não se verifica a ocorrência de omissão passível de suprimento.

Com efeito, embora aduza o embargante que no julgamento do recurso não foi considerado o reduzido alcance da publicação e o curto período de tempo pelo qual permaneceu ativo o impulsionamento, o que autorizaria a fixação da multa abaixo do mínimo legal, conforme decidido nos autos nº 0601564-43.2022.6.16.0000, verifica-se que independentemente do alcance da postagem e do julgado citado, a decisão foi clara quanto ao fundamento para manutenção da multa no mínimo legal, nos seguintes termos:

“(…).

*4. Tendo sido fixada multa no mínimo legal, não há como se acolher o pleito de redução.*

“(…)”.

*Por fim, deve ser mantido o valor da multa em R\$5.000,00 (cinco mil reais), já que fixado no mínimo legal”.*



Por oportuno, esclarece-se à parte embargante que o julgado citado não detém caráter vinculante, tratando-se ainda de feito em relação ao qual esta Relatora não compôs o quórum de julgamento.

Além disso, independentemente do alcance do conteúdo tido como irregular, não há como concordar com a aplicação da multa aquém do mínimo legal, sob pena de violação aos Princípios da Legalidade e da Separação dos Poderes.

Assim e, retratando os embargos mero inconformismo por parte do embargante, deve ser mantido o acórdão que desproveu o recurso eleitoral interposto pelo representado.

## DISPOSITIVO

Em face do exposto, **voto pelo conhecimento e não acolhimento dos embargos de declaração opostos**, mantendo-se inalterado o aresto embargado.

**MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS**

**Juíza Relatora**

## EXTRATO DA ATA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1327) Nº 0604018-93.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATORA: DRA. MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - EMBARGANTE: LUIZ CARLOS MARTINS GONCALVES - Advogados do EMBARGANTE: DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS - PR57666-A, LUIZ PAULO MULLER FRANQUI - PR98059-A, GRAZIELLE GRUDZIEN - PR107204-A, ANDRE EIJI SHIROMA - PR0063833, GIULIANO ROBINSON - PR102528 - EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto da Relatora.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e Melissa de Azevedo Olivas. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Monica Dorotea Bora.

SESSÃO DE 08.11.2022.

